



## UNE: um congresso governista e alheio às reais necessidades dos estudantes e suas lutas concretas

Estudantes que chegam à USP entre os dias 14 e 16 de junho se depararão com as disputas entre as correntes políticas e partidos ao redor das eleições do 59º Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes). Ao mesmo tempo, não verão campanhas organizadas por essas mesmas organizações ao redor das necessidades mais sentidas pelos estudantes. No caso da USP, certamente as necessidades de contratação imediata de mais professores para muitas disciplinas que não estão sendo oferecidas, e a concessão de bolsas estudantis para todos que garantam de fato o direito ao ensino superior público e gratuito.

Essa contradição tem suas raízes nas políticas dessas diversas organizações, certamente com suas diferenças, mas que têm pontos decisivos em comum:

1) O governismo aberto ou encoberto, que expressa a sustentação e subordinação ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. Entre as chapas que disputam a eleição de delegados ao 59º Congresso da UNE, será tarefa impraticável encontrar alguma que não tenha apoiado Lula/Alckmin nas eleições de 2022, e que hoje esteja na sua base de apoio, mais ou menos explícita. A real independência política, de classe, foi abandonada pelas correntes e partidos de esquerda, que se colocam, explícita ou veladamente, por negar a mobilização em defesa das reais necessidades dos estudantes e das massas em geral, para se manterem na subordinação política ao governo Lula. Assim, o 59º Congresso da UNE será um evento que vai referendar essa política governista. As suas resoluções vão expressar isso, afirmando que o objetivo do movimento estudantil nacional deve ser o de ajudar o governo Lula, para que atenda às necessidades dos estudantes e do ensino público e gratuito. Vão colocar isso como “exigência do cumprimento do programa votado pela maioria nas eleições”. Vê-se que se trata de uma grande farsa. Que maioria votou num “programa” nas eleições? Que “programa” é esse? Se forem as promessas de campanha, já podemos apontar para algumas que já não se cumpriram: o salário mínimo continuará sendo de fome, e não subirá além da inflação no próximo ano; a isenção do imposto de renda para quem ganha até 5 mil foi adiado para o final do mandato, e hoje é de R\$ 2.640,00; o MST tem sofrido condenação explícita ou implícita do governo nas suas ocupações de terras, que nada mais exigem além de que se cumpram os compromissos acertados anteriormente; o Marco Temporal foi aprovado pela base de sustentação do governo, e não há indicação de Lula no sentido de vetá-lo – os indígenas ficarão, com isso, sem a demarcação e suas terras, e os grileiros, pecuaristas, madeireiros, garimpeiros, etc. vão beneficiar-se com isso; os ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas foram esvaziados de seus poderes, com voto do PT; A Reforma do Ensino Médio não foi revogada, apenas será reformada, mas manterá sua essência de maior exploração dos professores, com maiores jornadas de trabalho e menor remuneração – com um currículo que desidrata disciplinas fundamentais e introduz outras alheias à realidade dos estudantes –, e exclusão dos estudantes trabalhadores, com

a imposição da escola integral; a política econômica central do governo, o Arcabouço Fiscal, é uma piora da lei do Teto de Gastos de Temer, que antes já foi chamada de Teto do Fim do Mundo – servirá para cortar gastos em serviços sociais públicos em benefício do sustento do parasitismo financeiro – amarrando o maior investidor na economia, que é o Estado, ao pagamento de juros da dívida pública, favorecendo assim a estagnação econômica do país em favor do parasitismo financeiro. Qualquer chapa, qualquer organização política, que não se lance a organizar a luta pelas reais necessidades das massas contra o governo e os capitalistas, por meio dos métodos da ação direta (greves, ocupações, bloqueios, protesto, etc.), está servindo de cúmplice das medidas do governo burguês. É uma atitude pior que a da conciliação de classes, é colocar-se no campo da defesa das medidas de ataques às massas. Assim, para organizações políticas que estão apoiando o governo, é impossível unir a disputa por delegados ao 59º Congresso da UNE governista com a defesa das reivindicações mais sentidas pelos estudantes. Há aqueles que votaram em Lula em 2022, e hoje pretendem se apresentar como “oposição”. Chegam a propor uma refundação da oposição de esquerda na UNE, contra a maioria explicitamente governista (PCdoB/PT). O que levaria a formar uma frente com os governistas do PSOL, na qual atuariam subordinados. O caminho de combate real à atual direção é o de constituir uma fração de oposição revolucionária, oposta a todo o leque de correntes governistas.

2) A contradição entre as políticas das direções das organizações de massa, hoje quase todas no campo do governismo, e as reais necessidades dos oprimidos, cria um precipício entre ambas. Estabelece-se assim uma maior burocratização dessas organizações, ou seja, um maior distanciamento de seu funcionamento e a vida das suas bases. Os partidos e correntes políticas disputam a eleição de delegados para fortalecerem suas posições no aparato, e não sobre a base de disputa de programas que expressem sua intervenção concreta entre os estudantes e os movimentos. A própria organização da eleição já restringe esse debate, que deveria começar exatamente pela exposição desses programas e organização e posicionamento dos estudantes ao seu redor. Assim, a construção das chapas seria de forma a apontar aqueles que seriam os melhores defensores dessas políticas a partir da prática, a serem confrontadas no Congresso, o qual deveria ser democrático de forma a permitir a mais livre expressão dessas diversas posições. Nada disso acontece. As eleições são agendadas em prazos curtos, as chapas inscritas são apresentadas aos estudantes no momento da votação, a qual tem grande peso das amizades e outros interesses particulares ou controle de aparato (DCE, CAs, Atléticas, etc.). Os programas de chapas são apresentados de forma rebaixada, e isso por que não existe uma real disputa de posições, mas de como ter mais votos a qualquer custo. Os delegados eleitos não vão prestar qualquer satisfação aos estudantes que os elegeram

após o Congresso, apenas às suas correntes e partidos. Durante o Congresso, serão tratados como animais domesticados, que devem votar de acordo com as determinações dos “chefes” das delegações, e não com a própria cabeça, ou correm o risco de sequer terem carona para voltar.

- 3) A ausência de mobilização da maioria estudantil, tanto em nível nacional como na própria USP, permite que as eleições não expressem as posições defendidas em lutas concretas pelas reivindicações, mas apenas a força de aparatos. Assim, o 59º Conune não contará em suas deliberações e votações com um plano de lutas surgido e baseado nas tendências e necessidades dos estudantes em luta pelas suas reivindicações. É a política das direções, em geral posições pequeno burguesas, sejam reformistas ou oportunistas, que bloqueiam as possibilidades da unidade dos estudantes ao redor das reivindicações e em luta por elas. O movimento estudantil aprendeu, a partir da própria experiência, que é preciso combater no interior das universidades e fora delas com os métodos do proletariado, ou seja, da luta de classes. As reais necessidades dos estudantes se chocam com os interesses e determinações da burocracia universitária que governa autoritariamente a universidade, expressando o controle da classe dominante sobre ela. Dessa forma, se projeta a luta de classes presente na sociedade em seu interior. A defesa das reivindicações mais sentidas pelos estudantes se dá assim pelos métodos de luta desenvolvidos pelo proletariado contra a exploração de classe. Somente a política proletária pode defender de fato os interesses da maioria no interior da universidade, assim como fora dela. Por isso, é preciso construir uma fração de oposição revolucionária, sobre a base de um programa proletário, no interior da universidade e na UNE. As chapas que disputam a eleição de delegados se negam a essa tarefa.
- 4) Está ausente dessas eleições a política revolucionária do proletariado. Predominam o reformismo (os que pretendem reformar o capitalismo em decomposição), a conciliação de classes (que julgam ser possível atender interesses de classes opostos, presentes no interior da universidade), o eleitoralismo e democratismo pequeno burguês (que apontam para as vias institucionais como meios para se resolverem os problemas, quando essas instituições apodrecem junto com suas bases econômicas capitalistas). Quando o movimento se põe de pé de forma massiva, essas políticas fracassadas são sufocadas circunstancialmente ou então são obscurecidas oportunamente pelas direções para se colocar à frente dos movimentos, com o único objetivo de contê-los e afogá-los e, assim, no momento de refluxo, abandonar a pose radicalizada para assumir o oportunismo venal mais desvergonhado. Não por acaso, é nos momentos de refluxo, que se fortalecem ainda mais os aparatos, para se manterem na direção e sufocar as tendências de luta que se coloquem por conta das contradições objetivas desenvolvidas pela sociedade de classe em declínio.

A política proletária para a universidade se orienta para a conquista da real democracia e autonomia universitárias, que dependem de varrer com a burocracia universitária, instrumento dos capitalistas e de seus governos, e construir o governo tripartite (dos que estudam e trabalham) baseado na Assembleia Geral Universitária. A unificação das reivindicações de estudantes e trabalhadores da universidade são o ponto de partida para avançar nessa direção. E sua ligação com as reivindicações dos explorados de fora da universidade, contra os governos e a burguesia, criam as condições para a unidade

capaz de alcançar seu atendimento.

As reivindicações mais imediatas, como as de contratação de professores e concessão das bolsas, permitem levantar o movimento estudantil e levam-no a defender outras, que apontam no sentido acima.

A defesa do ensino público e gratuito, para todos, único, científico, laico, e ligado à produção social (real unidade entre teoria e prática) é uma bandeira democrática (abandonada pelos partidos e correntes), que orienta a luta dos que estudam e trabalham, e a unidade com as massas oprimidas. Apresenta a defesa do ensino público não como um privilégio, mas como direito que deve ser concedido a todos, com acesso à universidade garantido universalmente. A consequência disso é a necessidade de fim do ensino privado, que deve ser expropriado, colocado sob controle de quem estuda e trabalha, como parte do sistema único público e gratuito. Rechaça a influência das igrejas sobre a educação. Defende um ensino científico, ligado à produção social. Aponta a necessidade de lutar para que os grandes meios de produção sejam expropriados e transformados em propriedade estatal, para que a juventude possa desenvolver suas aptidões universais em todas as ramos produtivos, como parte da formação, por meio da prática na produção social. Somente assim se alcançará a real unidade entre teoria e prática.

O atual ensino memorístico, repetitivo, desligado da vida prática, ou ligado a essa de forma artificial, reflete o controle da classe dominante decadente sobre a universidade. A burguesia, por meio de seus governos, impõe os currículos, o conteúdo das matérias, sua separação artificial, as avaliações de caráter opressivo e punitivo, o privatismo, etc.

O privatismo, dominante entre a casta burocrática que manda na universidade, deve ser combatido e eliminado. Ele expressa, de um lado, o parasitismo de setores econômicos sobre o orçamento da universidade; de outro, a destruição do ensino público e gratuito, favorecendo a precarização, sucateamento e elitização da educação. A mercantilização da educação a submete às leis gerais do capitalismo, que vive sua decomposição histórica e nada tem a oferecer de progressivo ao ensino e à pesquisa.

A real democracia e autonomia universitárias não podem existir sob as imposições da classe dominante e de seus governos. Os interesses opostos entre os exploradores e os que estudam e trabalham obrigam a que se lute pela destruição da atual burocracia universitária autoritária. Essa casta e esses organismos, instrumentos impositivos da minoria sobre a maioria, jamais poderão expressar o seu oposto. A vontade da maioria será imposta com a mobilização e por meio de uma estrutura de poder absolutamente nova. Esse será o governo tripartite (dos 3 setores), de quem estuda e trabalha, eleito de forma universal, com revogabilidade de mandato, subordinado à assembleia geral universitária, que reunirá estudantes e trabalhadores, e que decidirá democraticamente os rumos da universidade, que deve ser integralmente financiada pelo Estado.

O atendimento às necessidades de imediata contratação de professores de acordo com as necessidades dos cursos e a concessão das bolsas necessárias aos estudantes, não virá dos conchavos do 59º Congresso da UNE, nem de sua ligação subordinada ao governo federal. Depende da luta, da mobilização e da organização democrática dos que estudam e trabalham em suas assembleias. Em 2002, os estudantes da FFLCH realizaram uma greve estudantil de 106 dias, até conquistarem a contratação de 91 professores, quando a reitoria tinha oferecido 6 (SEIS). Esse é o caminho que o movimento estudantil da USP deve retomar. É por isso que nos empenhamos.